

BOAS FESTAS (!?): e o espírito natalino se torna “política”

João Carlos Cattelan^{*}

RESUMO: Partindo da tese de uma pesquisadora em psicanálise de que não é o estudioso que encontra o objeto de pesquisa, mas que é a temática que o envolve ou que move a sua vida de estudos que o faz, e que, conforme se atribui a Stalin, “a língua vai sempre aonde o dente doi”, busco analisar um cartão de boas festas que foi postado no site da instituição em que atuo e refletir sobre a sobreposição de um gênero discursivo por outro, fazendo com que a singeleza natalina fosse sobrepujada pela visada “política” e ideológica interesseira.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Gênero; Pesquisa; Natal.

ABSTRACT: Based on the thesis by a researcher in psychoanalysis that it is not the scholar who finds his/her object of research, but it is the theme that involve him/her or move his/her life in studies, and that, as attributed to Stalin, “the tongue always touches where the tooth aches”, I intent analyzing a happy holidays card posted on the website of the institution where I work, and reflecting on the overlapping of a discursive genre by another so that the Christmas’ singleness is overshadowed by the aimed “politics” and ideological.

KEYWORDS: Discourse; Genre; Research; Christmas.

INTRODUÇÃO¹

De 2013 para 2014, no *site* da universidade, foi postado um cartão de boas festas em que se desejava a todos, como de praxe, feliz Natal e próspero ano novo. O episódio nada teria de relevante, pois é comum que essas atividades aconteçam neste momento. Em geral, os locais que agrupam trabalhadores são alcançados por essas medidas: este tempo do ano parece propício às confraternizações e aos desejos de felicidade do outro. Mas o cartão, quase sempre repetitivo, trazia marcas de uma atividade “estranha” à sua natureza. Sobrepujando o espírito natalino, o discurso deslizava para

^{*}Docente da graduação em Letras (Câmpus de Marechal Cândido Rondon) e da pós-graduação em Letras (Câmpus de Cascavel), ambos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

¹Espera-se que um texto acadêmico arrebanche os conceitos teóricos utilizados num estudo. Assim, eu deveria conceituar ‘discurso’, ‘gêneros do discurso’, ‘condições de produção’, ‘instituição’ e outros. Como, em tese, os leitores modelo do trabalho que desenvolvo aqui comungam do background necessário para o preenchimento dessas lacunas, dou-me o direito de apenas mencionar esses conceitos, sem me deter sobre o seu detalhamento. Acredito que essa atitude não deva comprometer, sobremaneira, a seriedade das reflexões efetuadas.

o campo político, “desvirtuando” o fim de sua existência. Pretendo refletir sobre essa materialidade discursiva e a mescla “imprópria” que realiza.

Impelido pelo cartão que tinha me instigado, lembrei-me da conferência proferida por uma psicanalista²cuja tese era que não é o pesquisador que encontra o problema de pesquisa, mas que é este que o encontra, o que parece verdadeiro neste caso: o discurso veiculado tinha mexido comigo e eu era instado a olhá-lo mais acuradamente. As razões para o desconforto e para o incômodoficarão claras à luz da análise que desenvolvo. Assumindo a tese de que fui encontrado por um problema de pesquisa e aliando a ela o enunciado atribuído a Stalin de que “a língua sempre vai aonde o dente doi”, reconheço que meu olhar tem um componente de caráter individual, dada a “pertença” a um grupo que administrou a instituição, e espero que esse fato não afete a seriedade e a objetividade das reflexões.

Objetivo, além de apresentar alguns apontamentos sobre os pontos de vista citados, tecer comentários sobre a sobredeterminação de um gênero ou de um tipo de discurso por outro. Dito de outro modo: em face do *corpus* que me encontrou, explícito como, junto com a singeleza do espírito natalino que parece (ou deveria) permear as relações humanas numa época do ano, há o atravessamento visceral do objetivo político de manutenção de um *status quo* alcançado, fazendo com que uma peça de bons auspícios “religiosos” migre para a esfera “política” de desejo de permanência na gerência dos destinos de uma instituição. Não afirmo que a mescla ocorra sempre e em todo lugar, mas que a reflexão se aplique ao caso.

UM PROBLEMA DE PESQUISA: entre a ciência e a existência

Lembro-me de, num desses eventos da vida acadêmica, ter assistido a uma conferência de uma psicanalista, da qual, por um lapso de memória, não lembro o nome, embora a tenha considerado notável. Talvez, seja essa a causa do “esquecimento”. Tenho presente a passagem da palestra a que vou me reportar, assim como ficou marcado o exemplo que deu para ilustrar a tese que defendia. Ambos os casos não são aleatórios e o ensaio que pretendo desenvolver acabará revelando isso ao leitor. Então, assumo: estou em pecado.

O exemplo dado se referia ao tratamento de um paciente, que sentia necessidade de tratamento, em virtude de ter casado doze vezes e nunca ter conseguido manter uma relação matrimonial estável. A docente mostrou uma foto do rosto de cada mulher com quem o homem esteve casado e

² Para as reflexões que faço e sobre a sua parte psicanalítica, valho-me, sobretudo, das obras *Psicopatologia da vida cotidiana* (1966) e *Os chistes e a sua relação com o inconsciente* (1969), de Sigmund Freud.

chamou a atenção da plateia para detalhes das suas fisionomias, indicando que um fio característico as atravessava. O conjunto de coincidências era bastante grande para que não fosse percebido quase imediatamente. Todas comungavam um desenho de rosto parecido, uma determinada compleição física, a cor dos olhos, o comprimento do cabelo, o formato da boca: era como se, ao ver uma delas, fosse possível antecipar a imagem da outra; era como se, ao terminar um casamento, fosse possível antever a mulher seguinte.

Após mostrar as fotografias das mulheres, a docente, com a ajuda de um programa de computação gráfica, apresentou a composição de um rosto feito por meio da combinação dos traços mais gerais de cada uma, obtendo uma imagem um tanto fantasmagórica e ao sabor da experiência com Frankenstein. O resultado da combinação só poderia coincidir com alguma coisa um pouco inumana, mas a forma “espiritual” e evanescente produzia algum sentido para todos. A professora, por fim, apresentou a fotografia da mãe do analisando e as pessoas perceberam a quase coincidência existente. Podia-se relacionar o “fantasma” resultante da conjunção de traços com a fisionomia da mãe do paciente.

Com o auxílio da técnica de computação, a palestrante sobrepôs as duas imagens e elas coincidiam ponto a ponto. Havia algo de estranhamente familiar entre a imagem virtual e a imagem real. A “coincidência” foi explicada em termos de o paciente estar à “procura” da mãe e o fato de não a encontrar o fazia acabar com todos os relacionamentos. A sua busca era infrutífera e continuaria sendo se permanecesse neste diapasão: a mulher inconscientemente buscada jamais seria encontrada, porque ela simplesmente inexistia. Posto de outra maneira, o paciente desejava o impossível retorno à vida infantil e ao regaço materno: a sua paixão não era por uma mulher, no sentido material e fisiológico da conjunção de corpos, mas o recuo ao tempo em que a mãe supria as necessidades corporais e psicológicas. Eis a demonstração inequívoca de um princípio da psicanálise: o sujeito não sabe onde está.

Este foi o exemplo. O enunciado proferido por ela foi “o pesquisador não encontra um problema de pesquisa, mas é encontrado por ele”. Sobre ele, pretendo fazer apontamentos a partir de agora. Uma das dificuldades que os iniciantes em pesquisa encontram é delimitar um objeto de pesquisa e constituir um *corpus* para análise. Quando a exigência é apresentada e se pergunta “o que você pretende investigar” (objeto, *corpus*, objetivo, hipótese), a resposta, em geral, é “Não faço ideia, você tem alguma sugestão?”. A julgar pela afirmação da conferencista, o problema está em o pesquisador não ter sido encontrado pelo objeto de pesquisa e não em ter que sair à caça de algo para ser investigado. Assim, parece que o percurso deve acontecer às avessas: não se trata de buscar algo a ser pesquisado, mas de ser incomodado por alguma coisa que precisa ser

resolvida (respondida) no plano individual.

Parece, portanto, que, aceita a tese da conferencista, a entrada no mundo da produção do conhecimento não é criada por *insight* divino, por uma musa inspiradora que presenteia alguns privilegiados ou por um dom especial que dota os indivíduos com uma sagacidade maior. A pesquisa parece, assim, movida pela “afronta” a uma personalidade ou um caráter por um acontecimento mundano que se torna a pedra no meio do caminho. Se a tese procede, o ingresso na pesquisa acontece pelo incômodo provocado por um evento que instiga a busca de uma resposta e fustiga o pesquisador. O problema de pesquisa é, neste sentido, mais um problema pessoal do que uma desordem no mundo dos saberes.

Uma prova de que a tese da docente é pertinente se refere ao fatorecorrente de que, ao contar sobre o que é um projeto de pesquisa, o entusiasmo esperado dos outros, em geral, não acontece. Quem trabalha em pós-graduação deve ter se deparado com situações de relatos de projetos de pesquisa e percebido que a alegria de um lado, às vezes, é tão só um muxoxo, do outro. Já presenciei alunos dizendo “Puxa, parece que ninguém gostou do meu projeto”. E é o que tem que acontecer quase obviamente, pois o que é problema para um não é problema para outro: os desassossegos de uns não são as angústias de outros. O outro não é contagiado pelo meu entusiasmo, porque o dilaceramento que atravessa um ponto da minha existência não afeta a existência do outro: pelo menos, não do mesmo modo.

Relato um episódio próprio para o que estou discutindo, porque é um exemplo que tem uma relevância crucial para a reflexão. Numa mesa de debate, havia cinco participantes: um tratava de um jornal sobre *gays*; outro sobre o material de reflexão do Nar-Anon; outro, ainda, sobre entrevistas realizadas com garotas de programa; outro, por fim, sobre o incentivo ao uso de bebidas alcoólicas por músicas sertanejas; eu, sobre os enunciados que fecham campanhas publicitárias de cerveja. Analisando o evento, percebi que um era *gay*, outro possuía um irmão adicto, outro foi criado ouvindo que a prostituição era um pecado mortal e levava ao inferno e outro tinha um membro alcóolatra na família. No meu caso, um irmão bebia muito e a família dele começava a ruir. Quero apenas salientar como parece óbvio o que a docente afirmava: nenhum de nós estava tratando de um objeto de investigação aleatório: em todos, havia uma motivação que transcendia a academia e aportava sobre o cotidiano.

A busca, portanto, de um problema de pesquisa demanda uma posição de abertura e de respeito ao estranhamento que venha a acontecer. Na presença do que é desconfortável e que desarranja o mundo (pelo menos, o mundo particular), talvez, esteja exatamente o elemento indicativo da atividade de pesquisa que, às vezes, atravessa uma vida, rouba noites de sono e faz com que resmas de papel sejam preenchidas com horas infindas

de trabalho. Se é o objeto de pesquisa que encontra o pesquisador, ele deverá estar alerta para que o encontro aconteça e tenha algo sobre o que investigar. E tudo depende do espírito do estudioso: alguns são mais parcimoniosos e atacam poucos problemas de pesquisa; outros são mais inquietos e tratam de um novo problema a cada amanhecer. Talvez, o destino bafeje aos primeiros com o ar da graça, porque eles têm realmente um problema (um problema sério, digamos, ambigualmente), ou talvez aos segundos, porque, apesar de terem muitos problemas, eles não são tão graves. O que, no fim, parece inatacável é: *o problema de pesquisa é um problema do pesquisador.*

Com isso, entendo que se pode fixar um primado do conhecimento científico que seria formulado em termos de *quem não tem motivo para estar incomodado com alguma coisa e a quem pareça que o mundo está em harmonia não pode ser um pesquisador.* O estranhamento, o incômodo, a insatisfação, a discordância e a polêmica são elementos que não se dissociam de quem produz conhecimento. Um exemplo: na academia que frequento, ao lado da minha esteira, duas pessoas conversavam enquanto caminhavam e o assunto era Neymar. Repórteres discutiam a participação da seleção brasileira na copa de 2014 e a enquete feita era: *a seleção brasileira seria a mesma sem o jogador?* Dentre questionamentos como a copa do mundo no Brasil, os gastos feitos com ela, a fábula que um jogador de futebol ganha, o futebol como o circo romano moderno, a mistificação de um jogador individual, o debate era se o jogador fala corretamente, se é educado, se parece bom moço: nada incomodava os colegas, com exceção das trivialidades que mencionei. Parece-me que a desinquietação com o que se passava, como se a normalidade e a harmonia reinassem, não produz o espírito inquieto, para que a produção de conhecimentos aconteça: ela carece de “raiva”.

Sendo assim, ninguém pode sugerir um objeto de pesquisa, porque o “problema” é seu e não de outro: se algo incomoda, é incômodo porque fere de algum modo; machuca de algum jeito; dilacera de alguma forma. Penso poder retomar, aqui, a afirmação de Pêcheux (1997, p. 304), que, em face do deslize provocado, tem efeito de *slogan*. O autor afirma que “Ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: é preciso suportar o que venha a ser pensado, é preciso ‘ousar pensar por si próprio’”. A afirmação indica que o ingresso no mundo da ciência, ou da pesquisa, ou do conhecimento, tem uma única porta de entrada: ela acontece por meio do desafio de resolução de um problema que é individual. Ressalto que não defendo que a pesquisa resolva problemas individuais por meio de respostas idiossincráticas. Elas devem ser objetivas, comprováveis, demonstráveis, repetíveis: elas devem atender às exigências do fazer científico; mas o ponto de partida é um problema que afeta a alguém e, quem sabe, no limite, a ninguém mais (embora se possa duvidar disso). A

não detecção de um problema de trabalho desse quilate só produz desencanto, cansaço e saturação: porque não é um problema.

Para concluir esta seção, julgo necessário estabelecer a relação entre o exemplo dado pela conferencista e o enunciado que discuti. Entendo que a busca do paciente pela parceira inexistente (ou existente apenas na mãe) é uma metáfora/metonímia/analogia da atividade do pesquisador. Assim como ele, este é movido por um fantasma que o instiga e o fustiga e tem uma motivação puramente individual (ou seja, o problema é seu). Assim como o paciente foi encontrado pelo objeto que o moveu por relações infrutíferas, por não alcançar a resposta que almejava (embora ela existisse), aquele que se envolve com o mundo da ciência é movido por angústias e inquietações que são constitutivas de sua vida: a ausência dessa injunção produz desencanto e frustração, pois o “problema” não era um problema. A diferença entre o paciente e o pesquisador (se é que ela existe, porque, em ambos os casos, há *uma* resposta) se refere ao fato de que o último se vê na contingência de encontrar uma solução que, em geral, pode ser alcançada e satisfazer à angústia que o afligia.

Para arrematar: a existência e a ciência não podem ser separadas. Se a ciência preza por um conjunto de cuidados (como deve ser) e rechaça o que sugere opinião, crença, desejo, temores, anseios e medos particulares, exigindo que a objetividade e a repetibilidade sejam o fio da navalha do julgamento, o motor que (des)arranja os projetos de investigação têm, crucialmente, um sabor de individualidade e de idiosincrasia. Eles carecem sempre de um bocadoma maior ou menor de desafios particulares. Se o objetivo final que se busca é a ciência, o desafio original que desencadeia o processo reside no *ego* individual, com seus problemas, neuroses, psicoses e paranoias. Em última instância, parece descabido dizer que um problema é mais ou menos interessante: ele sempre é, nem que o seja apenas para quem o propõe.

A LÍNGUA VAI ONDE O DENTE DOI: e tem outro jeito?

Nos textos que circulam nos meios acadêmicos que se colocam sob a ótica da análise de discurso, afirma-se que o enunciado título que escolhi para a seção foi usado por Lênin (o da Revolução Russa), o que, em face das suas condições de produção, gera um efeito próximo a não poder ignorar a precariedade de vida do proletariado, a exploração do trabalhador pelos donos dos meios de produção e as vicissitudes que a expropriação imporia aos que vendem o trabalho. Pautado nos conceitos de mais-valia, luta de classes, infraestrutura, superestrutura, burguesia e capital, que constituem o Materialismo Histórico, o enunciado incidiria sobre a necessidade da revolução proletária. Eis, aproximadamente, um efeito de sentido produzido

pela frase feita. Como a língua sempre pressiona o dente que doi, seria impossível não abordar a conjuntura histórica (des)construída após quase três séculos de capitalismo e de produção de conhecimento e “reflexão” fundados sobre o liberalismo econômico.

Um estudioso pertencente à Psicologia Cognitiva teria algo a ensinar, pois, para ele, o uso da linguagem se ancora sobre o mundo objetivo, sensual e utilitário, para, depois, adentrar ao universo das abstrações, das analogias e das metáforas. Para ele, o ponto de início incide sobre o “sentido literal” das expressões, para, após, transitar, para o campo da “conotação”. A função referencial estaria na gênese da linguagem, quemigraria para outros campos e, então, permitiria, por exemplo, o exercício da subjetividade e da literatura/estética. Neste caso, tem-se outro efeito de sentido, geralmente chamado de literal: nele, dente é dente e língua é língua; língua não é discurso e dente não é problema econômico. Aquilo que no mundo objetivo pode ser mimetizado, no universo da revolução proletária, deve ser traduzido ou discursivizado.

Há, portanto, dois efeitos de sentido que dependem de uma formação discursiva para que possam ser parafraseados ou substituídos por equivalentes. Para a discussão que pretendo realizar, o efeito de sentido do enunciado pauta é outro: ele equivale a ser impossível deixar de procurar entender melhor um “problema”, quando ele nos encontra: e ele sempre se mostra pela provocação ou pelo incômodo que produz. Ele é o desarranjo: é a raiva e a vontade de polemizar e questionar, entender melhor e mostrar para os outros. Se a língua não deixa de ir aonde o dente doi, isto deveria tido como bom sinal, pois somos ou fomos afetados pelo que merece ser elucidado: se não para todo mundo, para alguém em particular, o que não significa que deva haver relaxamento sobre a objetividade da interpretação.

De novo, confesso que estou em pecado, porque, se me fiz compreender, o problema de que tratarei em seguida tem uma pulsação particular e a injunção para escrever provém do incômodo que provoca: que pode ser meu e de mais ninguém. Para dar uma ideia da ênfase da provocação, ele está na memória do computador já faz um tempo esperando ser “atacado” e, enfim, o momento chegou. Se existe alguma dignidade no objetivo que pretendo alcançar, ele diz respeito ao fato de que, apesar de haver no objeto analisado uma razão que é “puramente” individual, ele me parece exemplificar um comportamento social arraigado e que não se refere somente ao cartão de natal/ano novo *ad hoc* trazido para o movimento analítico. Como disse, se o início reside no desconforto individual, o término da atividade não pode pecar por falta de objetividade ou não trazer algum proveito pragmático relevante.

Relembro: alguns, por razões não muito claras, encontram problemas em profusão. Outros, também sem explicações muito

convincentes, debruçam-se sobre poucos problemas e os trabalham quase à exaustão (do objeto e do pesquisador). No primeiro caso, estão os que veem problemas em toda parte, parecem sofrer de mania de perseguição e, no limite, parece que as forças do universo conspiram contra eles. Também há quem afirme que eles pertencem aos grupos dos mais críticos e perspicazes. Os segundos, em teoria, mais “conformados” (ou inconformados, é questão de ponto de vista), parecem ter uma vida mais bem equacionada ou encontrado um problema realmente importante com que se preocupar. Talvez, os primeiros sejam espíritos mais conturbados ou volúveis, pela inconstância e pela falta de persistência em relação a um objeto. Talvez o espírito mais incomodado seja o dos segundos, que atacam e agredem o mesmo objeto sob os mais diversos ângulos. Não sei onde me situar: ataco vários objetos, numa espécie de mania de querer compreender o mundo, mas sempre de um ponto de vista: o do discurso. Talvez seja esta a saída para quem queira pesquisar: uma linha teórica e objeto (ou objetos) a serem desacreditados.

“FELIZ” NATAL E “PRÓSPERO” ANO NOVO

Um dos pleitos fundamentais da análise de discurso é que um objeto de leitura (uma materialidade discursiva, é preciso dizer) não pode ser apartado das condições de produção que lhe trouxeram à existência, pois, mudadas as condições de uso de um enunciado/discurso, altera-se o seu efeito de sentido. Sempre recordo do exemplo: *seca* e *enxuta* são sinônimos? São, se a substituição se referir à roupa pendurada no varal; não são, se a troca remeter a uma mulher que fez um regime e emagreceu. Os dois “contextos” distintos produzem diferentes modos de operar sobre o eixo da substituição paradigmática, se retomamos um dos princípios da linguística geral. O exemplo canônico do que acabo de afirmar é dado por Pêcheux (1993) com o par *brilhante* e *notável*: um matemático pode ser ambas as coisas, mas não o farol de um carro. Isto significa que o eixo dêitico temporal, pessoal e espacial que cerca a produção do discurso é constitutivo da sua significação.

Em face dessa determinação, não há como conduzir a análise do objeto deste estudo, sem detalhar as suas circunstâncias de aparecimento, condições que estão próximas da ideia de situação comunicativa, em sentido estrito, e não de condições de produção ou contexto em sentido *lato*. Não há, pois, como não me inscrever no processo analítico, pois o conhecimento de alguns anos da história da universidade me permite os apontamentos que faço no decorrer do trabalho. Fui integrante da administração superior da instituição e atuei de forma próxima ao reitor que a “comandava” e a tinha tornado, um pouco, a sua razão de existir. Sem que isto me torne

antiético (desejo que sim), não encontro uma maneira de fazer a análise a não ser esboçando brevemente a forma de agir do dirigente.

Após duas gestões e visto como pessoa íntegra e comprometida com os interesses da instituição, que punha acima dos seus objetivos, o professor, então diretor de um dos câmpus, foi eleito reitor, com a proposta de moralização de uma instituição que tinha se tornado, até, alvo de páginas policiais. Por oito anos, o docente dirigiu a instituição com “punhos de aço”, colocando-se, intransigentemente, ao lado da honestidade e da transparência, fatos que nunca foram questionados. No trato da coisa pública, arrisco-me a dizer que a sua administração era irretocável. Ele nunca teve nenhuma de suas prestações de contas questionada. Se o que tinha se proposto era a imposição da moralidade, ela tinha voltado e todos se curvavam à evidência de que nada havia a temer nessa exigência.

Por outro lado, o trato pessoal do professor pecava por falta de polidez: a diplomacia não era o seu ponto forte. Acredito que o seu grande defeito (ou virtude, diria ele), tenha sido considerar os que se punham contrários a sua forma de agir como inimigos da universidade. Com profundo conhecimento do que acontecia na instituição enquanto foi administrador, as acusações que fazia em relação a algumas pessoas não deixavam, às vezes, de ser verdade. O problema era tratar os seus amigos da mesma forma. Além disso, a discordância sobre a sua forma de percepção das decisões a serem tomadas era concebido como afronta. Não era de estranhar, assim, que “inimigos” fossem se acumulando e, na segunda eleição para a reitoria, após ser derrotado nas urnas, ele foi nomeado reitor pelo governador do estado.

A sua segunda administração foi duramente criticada pelos oponentes, não no que diz respeito à gerência, mas por ter aceitado ser “interventor”. O confronto o levou a recrudescer a forma de agir e, na eleição seguinte, o seu suposto sucessor foi derrotado, sendo eleito um professor que representava a chamada ala “democrática”. O reitor havia conquistado junto aos críticos fama de autoritário e ditador. Quem o apoiava e conhecia a administração sabia da intransigência em relação à legalidade, mas não deixava de alertá-lo sobre a sua conduta, o que não era considerado. Ao final de 2011, outra administração foi eleita, com a proposta de uma administração pautada no diálogo, na fraternidade e no respeito dos segmentos. Não havia propriamente uma nova proposta de administração, mas era alimentada a esperança de relações humanas mais amigáveis. Os discursos de palanque não ocorriam no sentido de apresentar metas: o fulcro era a personalidade do reitor que deixava o cargo.

À luz desses parcos esclarecimentos, vou adiante e começo o movimento analítico. É fundamental que se perceba que a tessitura discursiva endereçada à comunidade acadêmica se constitui por uma amarração de fios que se volta sobre o passado, contempla um presente e

vislumbra um futuro, contrapondo duas administrações universitárias: uma, em tese, pautada na cisão e a outra no diálogo. Parece imprescindível perceber que cada escolha linguística é sobredeterminada por uma entoação crítica e pela criação de uma fratura que faz ranger a unicidade dos enunciados, obrigando a ler em movimentos de idas e vindas a polifonia de vozes que se mistura e o quadro de pressuposições estabelecido. Cada termo, palavra ou enunciado possuem um direito e um avesso, uma afirmação e uma negação: o cartão é todo ambivalente, devendoser lido no que diz e nos ecos que faz ressoar, dirigindo a memória para o passado, criando um presente auspicioso e desejando um futuro promissor: para quem? Como afirmam os teóricos, “só se prega aos convertidos”.

Pretendo, como passo inicial de análise, atentar para a materialidade do discursosob um ponto de vista bastante específico: verificar sobre que quadro pressupositivo se constitui e quais são os implícitos veiculados. Dito de outro modo: concomitantemente ao que é dito,



o que não é dito (explicitamente), mas pode ser recuperado à luz do que vai sendo alinhavado na costura do texto? Objetivoler o discurso no seu direito e no seu avesso, no que afirma e no que nega (ou, pelo menos, deixa sob uma sombra tênue, fugaz, detectável e audível).

Sobre a parte imagético-visual, não pretendo me delongar, porque, parece, nada há de crucialmente relevante para a análise que julgo ter pertinência mais substancial (embora não negue a sua importância e a sua reduplicação do que é afirmado no plano verbal). Ela se constitui de um fundo verde sobre o qual folhas enlaçadas podem ser visualizadas (elas produzemo efeito de coletividade e de enlace de mãos e a cor verde significa, sumariamente, a vida nova que renasce, mas deixo isto de lado), de um tope de fita vermelha (ele significa a conjunção e o diálogo feito sob a forma do acordo celebrado e a cor vermelha significa a vida que corre ao sabor do amor, mas deixo isto de lado também) e raios dourados ladeados por estrelas (eles recriam a luminosidade do sol e a suposta era de bem-aventurança atingida e elas afirmam a existência do paraíso alcançado, mas isto também ficará de lado). Os efeitos de sentido que emanam dessas “escolhas” contribuem para a construção de uma administração “natalina” e auspiciosa da “nova” equipe. Mas pretendome deter mais demoradamente no que se refere aos ingredientes linguísticos utilizados por quem “idealizou” o cartão.

É desnecessário alertar que o cartão ambicione, dentre outras coisas, uma “mensagem” de boas festas, ao sabor dos cartões que circulam

nessa época. A sua abertura é típica e nada diz que já não tenha sido dito infinitas vezes. O primeiro enunciado nada tem de diferencial que lhe dê um toque peculiar ou mais sofisticado enquanto uso de um estilo: ele diz o que os outros dizem. Deixo-o de lado, pois, salientando que se poderia pleitear a produção do efeito de sentido de um Natal e de Ano Novo diferente dos antecedentes, que seriam um Natal e um ano novo *novos*. Afelicidade e a prosperidade teriam se tornado possível, diferentemente de antes, em que apenas alguns seriam agraciados por seu alcance.

O corpo verbal do texto ou a materialidade linguística do discurso se dividem em dois enunciados e é possível perceber que eles se articulam por meio de uma relação entre o dito e o não dito, fazendo, sob as palavras proferidas, outrasserem enunciadas. A cada nota que soa na tessitura, outra pode ser detectada, fazendo com que o passado vivido e ainda próximo e o presente “tangível” e sentido em “transparência” se sobreponham e façam coro um ao outro, mesmo que às avessas. A cada termo escolhido do eixo do paradigma que fixa o discurso do locutor, a sua contraparte, pertencente a outro campo de avaliação, é acionada, permitindo que o dito, mais do que dito, seja um juízo de valor sobre o que foi e o que se acredita que é.

O primeiro enunciado afirma: “*Que neste ano que se finda possamos perceber o quanto valeu o esforço para a construção do novo, do estender a mão, do somar e do construir*”. Trilhando um caminho analítico no sentido de dissecar as partes que o compõem, começo a desmontagem pelas questões que podem ser levantadas sobre ter valido “o esforço”: de quem, para quem, com quem? O esforço não foi de todos: a fórmula genérica, que produz o efeito de partilha e de busca coletiva, é um simulacro que impõe a abrangência e o desejo comum da comunidade, quando, como não poderia deixar de ser, ela foi de uma parcela, ainda que tenham vencido a eleição. E não se pode deixar de perguntar: quem ganhou? Os que no dia seguinte continuaram onde sempre estiveram ou os que ascenderam a posições desejadas. O *esforço* é, pois, mais uma evocação elogiosa do grupo opositor e dos colaboradores (uma convocação para eleições futuras) do que a constatação objetiva de uma luta que tenha sido encampada por todos, embora, ao votar, opções tenham escolhido uma administração. Posso assumir que um tipo de texto (ou de gênero), que tem uma condição de circulação, tenha sido “desvirtuado” e deslizado para outra esfera comunicativa: a *política*, fazendo uma crítica ao passado (houve *esforço* para construir o que não existia), um elogio ao presente (o *esforço* foi de quem escreve como porta-voz da administração superior da universidade) e um convite ao futuro (o *esforço* deve ser percebido e, portanto, lembrado sempre). Assumo que posso ser acusado de romântico e idealista, mas a sobreposição causou desconforto.

Na sequência, encabeçados pelo termo ‘construção’, aparecem,

como complementos, os sintagmas *do novo, do estender a mão, do somar e do construir*. Para a leitura de cada um, o leitor deverá retornar ao termo introdutor, entendendo que se trata sempre da construção do que se afirma nos quatro sintagmas listados à frente: o que está posto em destaque não é tão somente a construção, mas a edificação de quatro elementos, em tese, pela administração que, então, achava-se no comando. O ponto para o qual pretendo chamar a atenção é que, ao lado do dito, pode ser ouvido um não-dito ou um conjunto de pressupostos que impõe um efeito de sentido depreciativo em relação à administração anterior, atribuindo-lhe traços contrários aos que pautariam a “nova” administração. Era a isto que me referia, quando afirmei que o cartão se ancora sobre um quadro pressupositivo de implícitos, ou seja, que, ao lado do que é dito, há implícitos que podem ser recuperados no alinhavado que costura do texto.

Explícito do que falo: quando o porta-voz do discurso assevera que houve um esforço para a construção “do novo, do estender a mão, do somar e do construir”, deve-se considerar como novo ou como posto que, *no presente*, o novo, a amizade, a soma e a construção se encontram em prática. Mas, para que algo seja dito, ele deve se alicerçar sobre um não-dito que o antecede e lhe dá suporte. Ao lado do novo e do posto, o dado e o pressuposto são a baliza que valida a enunciação. Indo ao ponto: se, por um lado, agora, constroi-se o *novo*, por outro, o que havia antes era *velho*, com qualquer efeito de sentido que se pretenda imprimir sobre o termo: *velho* porque já vivido, mas também ultrapassado, retrógrado, desatualizado e anacrônico. Se, agora, *estender a mão* (diálogo, companheirismo, solidariedade, partilha e fraternidade) é constitutivo da forma de administrar, no passado, o sectarismo, a divisão, o privilégio e a parcialidade conduziram o jeito de gerir a instituição. Se, então, as atitudes são tomadas no sentido de *somar* (a aproximação, a agregação e o agrupamento, que permite que cada um participe das decisões a serem tomadas), antes, o gerenciamento institucional estaria ancorado na *divisão* e, pois, no alijamento de muitos frente às medidas tomadas. Se, por fim, a administração superior da universidade busca *construir* (crescer, evoluir e prosperar) (chamo a atenção para a redundância do termo “construção” e do complemento “do construir”: seria ela um erro textual ou um ato falho que, como superabundância, revelaria que a construção não é tão construtiva assim? – apesar de promissora, deixo a discussão de lado, mas, saliento, como afirma o ditado, que, “*quando a oferta é demais, o santo desconfia*”), isto permite inferir que, antes, a atitude era *destrutiva*, seja por qualquer razão.

Parece que, por meio da crítica ao reitor, o discurso “joga fora a criança com a água da bacia” e, portanto, o esforço para a construção não foi de todos; e os que pertenciam à “velha” gestão não fizeram parte da atividade laboriosa para que o “novo” chegasse. Eles teriam sido partícipes de um processo retrógrado, sectário, divisor e destrutivo: parece-

mecontrassenso falar em “estender a mão”, quando, simultaneamente, articula-se o discurso sobre esse sistema de pressupostos. Entendo como paradoxal falar sobre o esforço de produzir o “novo, o somar e o construir”, ao mesmo tempo em que se coloca no paredão um grupo de pessoas que não poderia fazer parte da época auspiciosa a que o cartão se refere. Sempre se pode afirmar que também elas são convidadas e que devem perceber o alcance da era dourada, mas, sobre um quadro pressupositivo como esse, fica difícil a conversão. Se alguém se arvora no direito de se apresentar como democrata e fraterno, não poderia articular o discurso sobre este conjunto de crenças. O outro foi sectário e eu não sou; mas afirmo que ele destruiu, alijou e privilegiou: as coisas parecem um pouco embaralhadas. Pergunto-me se um cartão de boas festas serve para a circulação dessa forma de mentalidade: mas sou um idealista romântico. Concluo, a salvo de maior polêmica, que, paralelamente a um conjunto de elogios à “nova” administração, outro é feito à equipe administrativa anterior, com efeitos de sentido nada meritórios.

De forma paradoxal (embora saiba que falar de paradoxo em discurso seja, no mínimo, controverso), o enunciado seguinte, por meio de um *slogan* injuntivo, convida para a partilha de uma atividade que não destoe do que seria a melhor forma de conduzir a vida universitária. Comento, de início, o “paradoxo” que o confronto dos dois enunciados indica. Se, a partir do primeiro, conclui-se que o mundo novo, o diálogo e a aproximação são realidades positivas, pois é afirmado que a construção dessas metas ocorreu (“a construção” aparece determinada pelo artigo definido que indicia uma existência), o segundo, de modo antitético, convida para a renovação das esperanças e para o fortalecimento da fé em alcançar o melhor para todos. Se as esperanças devem ser renovadas e a fé deve ser fortalecida e, anteriormente, afirmou-se que a meta já estava realizada, a conclusão lógica que se impõem é que a “construção” é só um fato discursivo e não uma realidade objetiva, o que faz duvidar do tom otimista que o discurso busca construir. Entretanto, mesmo que se defenda que o novo chegou (e, se chegou, a administração atual seria descartável), o enunciado convocatório deve ser lido no que ele propõe. Se a construção aconteceu, não precisaria convocar; se não aconteceu, não se poderia afirmar o contrário: eis uma trama irracional: mas quem exige racionalidade do discurso está, quase que fatalmente, fadado ao insucesso. Entre a necessidade de criar uma imagem positiva de si e de não deixar de pregar aos convertidos (ou não) a necessidade de permanência no “poder”, os enunciados são conflitantes e flutuam entre a afirmação e a negação de si mesmos e o tom elogioso e demeritório da administração. Resumo o paradoxo: se a construção está por vir, por que afirmar que existe? Se já chegou, por que chamar à conversão? Quer parecer que não há meio de sair do impasse que não seja percebendo o quanto há de atividade política imiscuída nos

votos de boas festas de final de ano.

Exploro, ainda, outros elementos da materialidade discursiva com vistas à observação de alguns ingredientes produtores de efeitos de sentido que parecem relevantes. O primeiro se refere ao termo ‘renove’. Para que algo se apresente como carente de renovação, o seu quadro pressupositivo deve ser articulado sobre a afirmação de que há um esmorecimento do ímpeto inicial e há a necessidade de reacender a força anterior, em que tudo caminhava ao sabor dos desejos e das ambições. Só é possível buscar a renovação do que está em decadência. Penso que se possa inferir que, consciente ou inconscientemente, o discurso mostre que a dissidência e as críticas começam a acontecer e o chamamento ao fortalecimento da fé seja necessário, pois o mundo começa a ruir e os sonhos de longa duração entram em colapso. Só é aceitável convocar à revalidação e ao vigor quem já foi mais entusiasta e que, por uma razão qualquer, deixou de ser. Assim, do escopo do termo usado, participa a confissão de que a administração não está tão bem quanto gostaria e que a “unanimidade” de um momento mostra fraturas e lacunas: o que é normal. As gerências nunca agradam a todos. O que importa frisar é que, se há necessidade de convocação à renovação, o cartão de boas festas não é tão efusivo quanto poderia parecer e o momento do ano acaba sendo revestido de uma finalidade a mais (ou, quem sabe, a principal) de um convite à (re)conversão política.

Uma combinação que merece reflexão é o uso de ‘sociedade’, no mesmo momento em que se utiliza o pronome possessivo dêitico ‘nossa(s)’. Em face da acusação de que o reitor anterior era intransigente e não permitia que interesses não institucionais se imiscuíssem na vida universitária, era dito que a universidade tinha se fechado para o seu entorno. Sabia-seda sua teimosa renitência em não permitir que o Hospital Universitário pudesse ser movido por prerrogativas que não fossem as da administração da instituição. A “nova” equipe pleiteava a “abertura” da universidade para a comunidade, o que justifica o uso de “sociedade melhor para todos”. Porém, imediatamente, coloca-se um questionamento: como, com raras exceções, alguém pode dar conta de algo tão abrangente como uma “sociedade”, a quem abrange o escopo do termo? Por outro lado, as esperanças e a fé são de quem e em quê? Explicito: “a sociedade melhor para todos” não é mais do que a justificativa para a manutenção de uma equipe na direção da instituição, sob a aparência de que, para aquele que não faz parte da vida acadêmica, a sociedade é pensada pelos gestores. Mas o pronome possessivo, como ato falho ou lapso indesejado, cria uma fratura na aparência altruísta eremete aos partidários de um grupo, pois foram eles que tiveram “esperanças” e “fé”. Eu me arriscaria a afirmar que, no fundo, a sociedade melhor é mesmo aquela que permite que um grupo esteja no comando e se apresenta como imbuído de altos ideais, mas, no fundo, ambiciona apenas a manutenção de alguns componentes triviais e

cotidianos (nem tão triviais assim).

E, finalmente, remeto a um último expediente. Entre o dêitico “todos” (generoso) e o “nossa(s)” (individualizante), pode-se detectar um conflito de interesses. Se a sociedade é melhor para “todos”, o “nós” da equipe de direção se acha contemplada. Mas o efeito remete a alguma coisa próxima a *“a sociedade apenas será melhor para todos, se o “nós” que administra a instituição permanecer onde está”*, ou seja: o “melhor para todos” só acontecerá com a manutenção de um “melhor para nós”, que remete à equipe que construiu um sonho e deseja que o diálogo e a “democracia” continuem a imperar. O que pretendo trazer à tona diz respeito ao fato de que o pronome indefinido “todos” que significa tudo e nada ao mesmo tempo é apenas uma estratégia de persuasão que pretende comover, ao mesmo tempo em que elege a alguns como os sabedores do que fazer. Mistura de promessa, manipulação, persuasão e convocação para a permanência, o pronome “todos” cria o efeito de sentido de atendimento a um conjunto integral de sujeitos, quando, por seu turno, de modo conflitante, o pronome “nosso” reduz esta inteireza a um grupo apenas, que cria de si uma imagem de interesse comunitário, mas se articula (como seria o caso de qualquer outro grupo) sobre um conjunto seletivo de membros “capazes”. Conforme o quadro de pressupostos sobre o qual o discurso se organiza, o sonho de todos só se realizará se o sonho de alguns for atendido. Um pouco de promessa, persuasão e ameaça parecem sempre dar algum resultado. O que fere os ideais românticos e idealistas é que isto seja feito por meio de votos de boas festas, pois há que se perceber que o “nós” que se pretende inclusivo, efetivamente, é exclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espero ter mostrado que, imiscuído num gênero discursivo que pertence a uma esfera discursiva, outro pode ser visualizado, misturando, entre si, desejos de boas festas e ambições “políticas”. No limite, pode-se assumir que o discurso veiculado no cartão de boas festas torna as “congratulações” parafrásticas à manutenção da direção de uma instituição. Em última instância, não há como delimitar com clareza onde começa um tipo de discurso mais singelo (religioso) e outro mais combativo e interesseiro (político). Tudo parece ficar embaralhado e apenas uma linha tênue (nem tão tênue) permite precisar em que terreno se está transitando.

Desejo, também, ter frisado adequadamente que o pesquisador não é isento em relação aos *corpora* sobre os quais “decide” efetuar reflexões. Como o mostra o caso em estudo, mais do que encontrar um corpus de pesquisa, parece claro que o estudioso é encontrado por ele, porque, de alguma forma, é tocado e incomodado pelo que “vê”. Ele pode não ter

consciência (e geralmente não tem) de por que “escolheu” um objeto para análise, mas a seleção é sempre motivada, mesmo que a razão para o encontro não seja percebida.

Por fim, cabe ressaltar alguns aspectos que emergem do movimento analítico efetuado. Primeiro: se uma administração se apresenta como dialogante e, portanto, como democrática, não haveria razão para o tom de crítica que predomina no quadro pressupositivo sobre o qual a materialidade discursiva se articula. Nela, deveria ter espaço para os discordantes também. Se só alguns desejaram o novo, o diálogo e a partilha, há quem teria se pautado no diapasão oposto eo cartão tem um público particular, pois estão alijados dos desejos de boas festas os que, supostamente, trilharam o caminho da destruição, da rejeição e do sectarismo. Não é possível negar que a concepção de democracia em que se ancora o discurso, no limite, é tão sectária quanto, pois impõe a obrigação de partilha de um ideário: o que não couber nele é sectário e destrutivo. E, então, a democracia, como unanimidade, não é mais do que a ditadura de uma forma de visão.

Segundo: e, por fim, há dois questionamentos que parecem não poder ser deixados de lado. Por um lado, o discurso parece ter como público alvo os convertidos e os que estiveram ao lado da “luta” para alcançar os altos postos da administração que não deixam de fazer parte do que movimenta os mais entusiastas. Mas, falando aos adeptos, os contrários ou dissidentes também são vislumbrados, pois outras eleições virão e, enquanto se vive um tempo, há que se lutar por outro que ainda virá e do qual os contemplados (sejam quais forem) não têm vontade de abrir mão. O elemento complicador que desejo destacar é que a página da instituição seja utilizada para fins particulares. Por outro lado, o incômodo provém de algum ingrediente que deriva do meu idealismo e romantismo: o estranhamento, neste caso, é provocado pelo fato de um tipo discursivo (religioso), tido como solidário, fraterno, singelo, ingênuo e amoroso, ser sobredeterminado (implicitamente, mas nem tanto) por outro (político), corriqueiramente, interesseiro, ideológico e combativo. Estes dois questionamentos deveriam fazer refletir sobre a conduta de qualquer equipe administrativa que dirige os destinos da coisa pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUD, Sigmund. *Psicopatologia da vida cotidiana*. (Trad. Álvaro Cabral). 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

_____. *Os chistes e a sua relação com o inconsciente*. (Trad. Margarida Salomão). Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969.

GADET, Françoise & HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. (Trad. Bethânia S. Mariani et al.). 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (Trad. EniPulcinelliOrlandi et al.). 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.